

Sociedade e informação: o excedente cognitivo na era do conhecimento¹

Rodrigo Mendes ARBEX²
Flávia Medeiros COCATE³

Resumo

O presente trabalho buscou, em um primeiro momento, elucidar algumas teorias *foucaultianas* em relação à sociedade e à governabilidade por meio dos tempos. Para dar suporte a essas teorias, foram usados estudiosos contemporâneos que trabalham estas questões, como Rogério da Costa e Carlos Roberto Calenti Trindade. Em um segundo momento, o trabalho traz as aplicações do capital social, produção de conhecimento e excedente cognitivo com o advento da *Internet*, tornando-se necessário a presença de autores que retratam questões mais vigentes, como Henry Jenkins, Raquel Recuero, Clay Shirky dentro outros, a fim de retratar como a sociedade que passou por diversas transformações se comporta atualmente mediante os novos aparatos tecnológicos e as questões das redes sociais.

Palavras-chave: Redes sociais. Capital humano. Capital social. Excedente cognitivo.

Introdução

A sociedade e o mundo passam por transformações a todo o momento. Se fizermos um recorte nas características globais através dos tempos, veremos diversas modificações que abrangem todo um complexo: sociedade, Estado, economia e humanidade.

Estabelecendo como ponto de partida a Idade Média, tínhamos como referência muito clara a figura do soberano. O governante possuía um “*status*”, de certa forma, de Deus, e tudo girava entorno dele. A sociedade era regida por esta ideia, e a punição aos desertores e “inimigos” da soberania era estampada em sacrifícios em praça pública.

Em um momento posterior, passamos por uma ruptura de paradigma, onde o soberano deixava de ser o centro das atenções, para passar para os aspectos econômicos e o Estado. Estado este estimulado pelo ritmo do livre comércio, dissolução de barreiras (no

¹ Artigo apresentado no DT05 – Comunicação Multimídia do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 28 a 30 de junho de 2012.

² Mestrando do Programa de pós-graduação em Comunicação da UFJF – MG, Bolsista Capes. E-mail: rodrigomarbex@gmail.com.

³ Mestre do Programa de pós-graduação em Comunicação da UFJF – MG. E-mail: ubaflavia@yahoo.com.br.

que tange à economia) e na noção de biopolítica: termo muito utilizado por Michel Foucault (2000) que designa a fase em que os estados voltavam a atenção para a sociedade, para a vida. Deste tipo de política deriva o biopoder. Neste contexto, diferentemente da Idade Média, onde a palavra de ordem era fazer morrer aos que contrapunham os soberanos como forma de exemplo, a política agora era voltada a preservação da vida, o que era essencial para majorar as forças econômicas consequentemente.

Além desse panorama, é importante vislumbrar outro conceito anterior e que foi complementar a estas questões: a sociedade disciplinar. Tal sociedade descrita por Foucault em sua obra “Vigiar e Punir” (1987) traz como termo emblemático o panóptico, diagrama que designava a ideia de vigilância e disciplina.

Neste sentido, a característica disciplinar tem por função focar-se no adestramento do corpo humano, tornando-os dóceis, com o intuito de melhorar o aproveitamento do ser, padronizando-os, aumentando assim o rendimento do trabalho. Por meio da disciplina, somos “obrigados a desempenhar tarefas, destinados a certo modo de viver ou morrer” (FOUCAULT, 1987, p. 180).

O biopoder vem exatamente neste contexto, só que com outro viés: se na questão da disciplina temos a preocupação a priori de doutrinar o corpo do indivíduo, neste termo temos a função de amplificar este sentido ao corpo social, à vida.

Ressalta-se que uma característica não elimina a presença da outra, pelo contrário, convergem-se a partir do momento em que a sociedade disciplinar é base para o biopoder. Segundo Foucault:

(...) não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia. Essa nova técnica não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível, está noutra escala (...) (FOUCAULT, 2000, p. 288-289).

A *posteriori*, o que vemos é a alavancada da sociedade disciplinar para o que Deleuze (1992) chamaria de Sociedade do Controle, que consiste em uma nova formatação: a sociedade passa a ser mais “maleável”, ou seja, ao contrário da sociedade disciplinar, que prezava o adestramento, padronização e vigilância, a sociedade vive em modulações, no que Deleuze chamaria de “espaços lisos”.

O capital humano

No decorrer dos tempos, temos profundas alterações na função do Estado, que, em um dado momento, não seria mais de regular e, sim, majorar as forças da população, oferecendo o saber, técnicas, tecnologia, ou seja, subsídios para dar condições à população. No âmbito da economia, o mercado é a principal razão, e o capital passa a ser composto não mais de maquinários e estruturas físicas e, sim, do chamado capital humano.

Nesta acepção, Costa aponta que o termo é:

(...) a consolidação de uma economia que teria nos conhecimentos e informações seu principal elemento de transação, os chamados ativos intangíveis. E é exatamente essa espécie de novidade, essa incursão nas riquezas humanas, essa compreensão dos indivíduos como capital humano (...) (COSTA, 2011, p.4).

O capital humano designa que o indivíduo é seu capital, quando investe em si mesmo e se capacita para o mercado, analisando também formas racionais de otimizar o emprego de seus conhecimentos. “A economia já não é, portanto, a análise da lógica histórica do processo, é a análise da racionalidade interna, da programação estratégica da atividade dos indivíduos” (FOUCAULT apud COSTA, 2011, p. 5).

Desta forma, as pessoas, além de se capacitar, formando seu próprio capital, estariam aptas a avaliar melhores formas de investi-lo, bem como seu tempo e conhecimento. Isto leva ao que muitos teóricos chamariam de capital intelectual, que é, entre outras palavras, a junção do capital social com a sabedoria de empregá-lo, majorando os aspectos intangíveis e suas potencialidades.

Tal termo capital humano, ideia oriunda de estudos feitos nos anos 1990, surgiu em uma atmosfera pautada pela base de dados de conhecimentos. “As organizações passam a se ver como detentoras de um *capital intelectual*, que na verdade resulta da participação ativa de seus colaboradores, que lhes fornecem seus conhecimentos e competências (COSTA, 2011, p. 4).

O capital humano é formado por elementos chamados de “ativos intangíveis” que representam um conceito de economia diferente, caracterizado pelos valores de conhecimentos e informações. Rogério da Costa salienta que o termo capital humano já existia desde os anos 1960, quando Gary Becker publicou artigos sobre o tema cujo

conceito era construído pela educação e pela condição de saúde do indivíduo. Nos anos 1980, estudos sobre capital social e as redes sociais começaram, apontando especificamente, para as relações sociais dos indivíduos que construíam um capital (COSTA, 2011, p. 8).

E para se obter maior capital humano, há o contexto em que o Estado atual proporciona meios para que a população encontre formas e técnicas de majorar sua própria vida. O Estado não é mais soberano, como na Idade Média, agora o poder é disciplinar, em que padrões e comportamentos disciplinares são ditados para serem seguidos.

Pode-se dizer que o corpo do Estado fica invisível, pois não regula mais e não cuida mais da sociedade; na verdade, dá condições para que a população evolua por si só. “Esse excesso do biopoder aparece quando a possibilidade é técnica e politicamente dada ao homem, não só de organizar a vida, mas de fazer a vida proliferar, de fabricar algo vivo (...)” (FOUCAULT, 1999, p. 303). A visão desse autor é o indivíduo até à década de 1980. A ideia do biopoder surgiu com os estudos de Foucault. O conceito pode ser refletido junto com as práticas disciplinares, que também pode ser entendido como uma técnica de exercício de poder, principalmente a partir do século XVIII e XIX (TRINDADE, 2008, p.1).

O capital social e a sociedade da informação

Com as noções de capital humano e capital intelectual em vigência, outro fator entra em voga posteriormente é o capital social. Este termo possui várias interpretações e teorias para defini-lo. Pierre Bourdieu, por exemplo, assume a noção de capital social como algo hereditário, vertical, estabelecendo uma hierarquia entre as pessoas, correlacionando o termo muito intimamente com a questão de classe social. Porém, nesta análise, foca-se em outras acepções do termo, que seriam de certa forma, uma “evolução” do capital humano. Neste novo filamento, o capital ultrapassaria a questão individual e se ateriam à constituição dos laços sociais das pessoas. A “riqueza” então estaria nesta rede de contatos e suas aplicações, em detrimento de uma análise meramente individual (BOURDIEU apud RECUERO, 2009, p. 7).

Para embasar esta noção, Rogério da Costa se aproxima da concepção do termo utilizada pelo sociólogo Nan Lin em seu livro “Capital Social”, apontando que:

enquanto a economia era definida como as *escolhas* dos indivíduos sobre a aplicação de seus *recursos* próprios, a sociologia trataria da forma como esses mesmos atores são motivados a engajar outros atores a fim de acessar os *recursos* desses últimos com o propósito de obter melhores resultados em suas próprias ações. Ou seja, como explorar da melhor maneira os *recursos de uma rede social*. Essa rede social significando aqui o capital social de cada um. (COSTA, 2011, p. 6).

Nota-se que, neste sentido, o capital social aproxima sociologia com economia e utiliza como subterfúgio as conexões e amplitudes que uma rede de contatos pode proporcionar.

Assim, a economia, a sociedade e a cultura se voltam para um novo elemento, o conhecimento:

A nova cultura do conhecimento surge ao mesmo tempo em que nossos vínculos com antigas formas de comunidade social estão se rompendo, nosso arraigamento à geografia física está diminuindo, nossos laços com a família estendida, ou mesmo com a família nuclear, estão se desintegrando, e nossas alianças com Estados-nações estão sendo redefinidas (JENKINS, 2008, p.54-55).

Neste viés, Octavio Ianni contribui para o pensamento ao afirmar que:

Em decorrência das tecnologias oriundas da eletrônica e da informática, os meios de comunicação adquirem maiores recursos, mais dinamismos, alcances muito mais distantes. Os meios de comunicação de massa, potenciados por essas tecnologias, rompem ou ultrapassam fronteiras, culturas, idiomas, religiões, regimes políticos, diversidades e desigualdades sócio-econômicas e hierarquias raciais, de sexo e idade (IANNI, 1997, p. 32).

Essa reformatação e propagação do conhecimento se dão justamente por esta quebra do distanciamento geográfico que as redes, agora num sentido comunicacional de amplitude e conexão, acontecem a partir do advento da *Internet*. Ora, se o capital social em análise é a orientação, nada mais certo do que apontar o ciberespaço como fator importante para disseminação do conhecimento e da ligação entre os indivíduos, formando uma rede de conexões.

O excedente cognitivo como forma de produção

Com o conhecimento sendo o pilar da sociedade permeada pelas redes e capital social, temos um contraste com as acepções anteriores. O valor do conhecimento sempre se deu pela restrição, pela raridade. As informações que propiciavam a sabedoria se davam justamente pelo cerceio, pela polarização em certas “mãos” em detrimento de outras.

Hoje, com a disseminação das ideias distribuídas em redes de alta escala de alcance, o que vemos é uma alteração desta lógica: o valor do conhecimento se dá a partir do excesso e não do raro.

Esta lógica é explicada no termo de Inteligência Coletiva de Pierre Lévy (1998), que consiste em dizer que o conhecimento reside na humanidade, e que ninguém individualmente detém o saber por completo. Portanto, a de se distribuir essas informações para formar, agrupadamente, um saber coletivo. Henry Jenkins retrata o termo elucidado por Pierre Lévy e afirma que: “o que consolida a inteligência coletiva não é a posse do conhecimento, mas o processo social de aquisição dele” (JENKINS, 2008, p.86).

Assim, nota-se que, para se dar a propagação deste saber, são, se não necessárias, muito úteis essas malhas de conexões em voga na sociedade vigente com o advento da *Web 2.0* (versão da *Internet* que tem por finalidade propiciar interatividade e troca de informações) e suas redes sociais. Barabási (2003), por exemplo, explica em seus estudos, que a propagação da informação está diretamente ligada à existência de conectores ou em outras palavras: usuários conectados em uma ou várias redes sociais.

Apontando a propagação do conhecimento como forma de produção e as redes sociais e seus *sites* como responsáveis por essa difusão tão massiva, há de se analisar mais minuciosamente esses aspectos. Castells (2001) destaca, em uma de seus estudos, que a *Internet* foi apropriada para a prática social e seu pluralismo: troca de informações para finalidades comerciais, sociais, contatos e todos os demais fins da vida cotidiana.

Raquel Recuero (2009) aponta que a rede social tem um potencial grandioso na transformação da sociedade, devido à alta gama de finalidade que ela propõe: compartilhamento de conhecimentos, experiências, exercendo autoridades dentre outros. A autora enfatiza que há uma diferenciação entre os *sites* de redes sociais e as redes sociais em si: “*sites* de redes sociais são os espaços utilizados para a expressão das redes sociais na *Internet*” (RECUERO, 2009, p.102). Ou seja, as redes sociais, assim como a ideia de

capital social é previamente concebida, e os *sites* de redes sociais são “mecanismos” para trabalhar essas demandas latentes.

Clay Shirky, em seu livro “A cultura da participação”, mapeia vários trechos da história para demonstrar o que as pessoas faziam em seu tempo livre até chegar ao que ele chama de “excedente cognitivo”. O autor parte do ponto de partida de como a bebida “gin” estava inserida na década de 1720 em Londres, auxiliando as pessoas a lidar com a modernidade e, delicadamente, esbater as bordas de sua realidade.

Assim como o “gin”, outrora, exercia um papel de “lubrificante social” (nas palavras do autor) e preenchia o tempo ocioso das pessoas, a TV passou a ser o “item mandante” no que se refere ao entretenimento da população em boa parte do seu tempo livre: ela faz com que pessoas se sintam menos sós, faz o tempo passar sem se perceber. Porém, apesar de ser boa em absorver o tempo ocioso e produzir lazer, este veículo, na visão do autor, produzia poucos resultados tangíveis. A razão disso? Muito possivelmente a falta de interatividade.

Hoje em dia, com este panorama de exaltar as conexões e o compartilhamento do conhecimento, notamos que o excedente (tempo livre) que, antes era, de certa forma, um “desperdício”, agora se volta à produção, pois o tempo está sendo utilizado cada vez mais com mídias interativas e, sobretudo, em atividades *online*.

Despendendo seu tempo em *sites* de redes sociais ou em outros atos de produção de conteúdo que geram visibilidade na *Internet*, o excedente cognitivo sempre gera alguma coisa útil a alguém da rede, outra forma de apreensão. Isto só foi capaz devido a essa interação coletiva propiciada pelos aparatos tecnológicos vigentes:

Costumávamos desempenhar nossas motivações intrínsecas na intimidade, a sós ou com a família e os amigos. Entretanto, o elo entre a motivação intrínseca e a ação privada nunca era intenso (...). Agora as barreiras são pequenas o suficiente para que qualquer um de nós possa, publicamente, buscar os que pensam da mesma maneira e nos juntar a eles. Os meios para direcionar nosso excedente cognitivo são agora as novas ferramentas que recebemos mecanismos que tanto possibilitam quanto recompensam a participação. Nossas motivações para usar essas ferramentas são as antigas e intrínsecas, motivações antes mantidas na esfera privada, mas que agora estão irrompendo em público. (SHIRKY, 2011, p.89).

Nota-se, assim, um novo panorama da produção de conteúdo, mais amplificada mediante às redes de conexões. O que temos, hoje em dia, são novas formas de produção e consumo de informação, mediante este novo aspecto: a cultura colaborativa e participativa.

Considerações finais

O trabalho aqui apresentado partiu do pressuposto de que o advento da *Internet* instaurou um novo paradigma comunicacional nas sociedades contemporâneas, especialmente com a *Web 2.0*. Sendo assim, buscou-se investigar e discutir alguns aspectos e particularidades apresentados por este novo modelo de informação e conexão.

O trabalho atentou na elucidação dos termos “redes sociais” e “*sites* de redes sociais” para demonstrar como essas conexões geram valor para o mundo vigente, principalmente, por sua amplitude e modulação, alicerce para a reprodução do conhecimento por meio do excedente cognitivo, da cultura participativa em que vivemos (elucidada por Clay Shirky).

O trabalho apontou também um conceito que valoriza as redes no seu sentido primário: o capital social. Anteriormente, o conceito de capital humano se fez presente para ser base para a compreensão dos demais termos citados. O ponto de partida para a análise proposta foi uma discussão em ordem cronológica sobre governabilidade, pautando o conceito de *panóptico*, estabelecido por Foucault ao estudar as sociedades disciplinares, bem como a evolução dos panoramas social, econômico e político, por meio dos tempos, passando pelos conceitos de biopolítica e biopoder.

É importante frisar que o que moveu realmente esta análise foram as alterações de “valores” através dos tempos: o valor do soberano, o valor do Estado, o valor do capital. Este último termo é explicitado na análise várias vezes, no qual foi traçada a evolução do capital como maquinários e bens físicos diversos, passando pela capacidade intelectual individual, pelas redes de contato e culminando no valor do conhecimento. Conhecimento este que nos tempos primórdios era valorizado pela sua raridade e hoje, o que vemos, é o valor do conhecimento pela coletividade, pela abrangência, como bem aponta Pierre Lévy.

Por fim, é interessante frisar, principalmente, as infinidades de propagação e produção que os *sites* de redes sociais trouxeram para nossa sociedade contemporânea,

dando prospectos de um novo panorama global: participativo, colaborativo, interativo, em rede.

Referências

BARABÁSI, Albert-László. **Linked: a nova ciência dos networks**. São Paulo: Editora Leopardo, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra. Volume I: A sociedade em rede. 2001.

COSTA, Rogério. **A sociedade do conhecimento e o neocapitalismo**. Compós, 2011.

DELEUZE, Gilles. **Post scriptum sobre as sociedades de controle**. In: DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: 34 Letras, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 12 ed. Trad. Lígia Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. Tradução: Susana Alexandria. São Paulo, Aleph, 2008

LÈVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo, Loyola. 1998

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SHIRKY, Clay. **A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado**. Tradução Celina Portocarrero. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

TRINDADE, Carlos Roberto Calenti. **Biopoder, biopolítica e o Overmundo**. In: II Simpósio Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura - ABCiber, Florianópolis – SC, 2006.